

## LETRAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

CORDEIRO, Rosane de Barros Goveia

C.E. Prof. Murilo Braga  
[rosane-cordeiro@bol.com.br](mailto:rosane-cordeiro@bol.com.br)

**Resumo:** Um dos maiores desafios que esse início de século vem apresentando na área da educação é a questão da leitura e da escrita numa perspectiva social. O grande problema deixou de ser o domínio de técnicas, já que o analfabetismo foi reduzido significativamente, para concentrar-se no uso efetivo de práticas letradas. Trata-se de uma mudança de paradigma. A escola deve incentivar a leitura de autoria ao invés de simplesmente ensinar e treinar seus alunos a reconhecer, localizar e repetir o significado dos textos previamente construído por um sujeito de experiências diferentes da sua. A sala de aula deve constituir-se em ambiente capaz de gerar e possibilitar múltiplas situações de leitura e escrita, partindo das experiências e dos conhecimentos trazidos pelos alunos a fim de estabelecer uma relação entre a escola e o meio social e proporcionar condições favoráveis para a articulação das informações. Trata-se de empoderar esses alunos, possibilitando, através da leitura compreensiva, o acesso à cultura e ao conhecimento. Uma vez sujeitos de seus saberes, esses jovens serão capazes de compreender e transformar suas realidades sociais e pessoais, tornando-se agentes irradiadores de cultura e potenciais agentes do desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** letramento; empoderamento; desenvolvimento local

### 1. Introdução

Um dos maiores desafios que esse início de século vem apresentando na área da educação é a questão da leitura e da escrita numa perspectiva social. O grande problema deixou de ser o domínio de técnicas, já que o analfabetismo foi reduzido significativamente, para concentrar-se no uso efetivo de práticas letradas. Trata-se de uma mudança de paradigma.

Não são poucas as pesquisas que se debruçam na busca de caminhos que possam reverter ou pelo menos entender o baixo rendimento escolar dos alunos brasileiros no que se refere à competência em leitura compreensiva de textos diversos. Busca-se entender as pedras do caminho do letramento escolar, tão desejado pelos educadores e tão distante de nossos alunos.

Mas quando se fala em letramento escolar, em que exatamente está se falando? Em alfabetização, alfabetismo ou em práticas sociais que envolvem o cultural, o social e o digital, dentre tantos outros?

Cabem aqui, antes de se iniciar uma discussão sobre o assunto, alguns conceitos que serviram de base para esta reflexão.

### 2. Embasamento Teórico

Segundo VAL (2006, p.20), a alfabetização pode ser definida “como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios

alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia”, ou seja, a alfabetização pressupõe a compreensão e o domínio do “código” escrito, organizado de tal forma que possa representar a relações entre a pauta sonora da fala e as letras, entre outras convenções, na escrita.

Alfabetismo é definido por SOARES (2003, p.29) como “o estado ou condição de quem sabe ler e escrever”. Já o INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional – em sua definição do indicador, afirma que alfabetismo é “a capacidade de acessar e processar informações escritas como ferramenta para enfrentar as demandas sociais”.

A definição do INEF, quando fala do domínio da língua para o enfrentamento das demandas sociais, nos remete ao conceito de letramento: “estado de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva as práticas sociais que usam a escrita” (SOARES, 2010, p.47).

O letramento pressupõe inserção e participação na cultura escrita. É a convivência com as diferentes manifestações da escrita na sociedade, ligadas às diversas práticas sociais às quais o indivíduo está sujeito ao logo de sua vida.

A necessidade de criação desse novo termo deu-se “quando se passou a entender, que nas sociedades contemporâneas é insuficiente o mero aprendizado das ‘primeiras letras’, e que se integrar socialmente hoje, envolve também ‘saber utilizar a língua escrita nas situações em que esta é necessária, lendo e produzindo textos” (ROJO, 2009). Logo letramento pressupõe mais do que decodificar códigos, constitui um “conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades, necessário para usar a língua em práticas sociais” (VAL, 2006, p.20 *apud* BATISTA, 2003). Pessoas que são capazes de decodificar o código escrito, mas não são capazes de se valer dele em situações sociais que requeiram habilidades mais complexas, são alfabetizadas, contudo não são letradas.

Desta forma,

a alfabetização não deixa de ser um momento dos letramentos em que a escola leva o aluno a conhecer e a dominar as relações entre os fonemas e as letras que constituem o alfabeto. Mas para quê? Não meramente para conhecê-las e decodificá-las somente, mas para utilizar a escrita em práticas letradas concretas e de circulação social. (ROJO, 2006, p.29)

### 3. Discussão

Ler e escrever são construções sociais em que historicidade deve estar aliada à construção de sentido de um texto. Por isso os ensinamentos de leitura e escrita precisam ser repensados. É preciso refletir sobre o que é ler e escrever, para quem se lê e se escreve, e com que objetivos.

Formar alunos que saibam produzir e interpretar textos de uso social, possibilitando a eles trânsito livre nas diversas situações comunicativas do mundo letrado; e despertar nesse público a percepção da flexibilidade de sentidos de um mesmo signo, deve ser a meta e ser alcançada pelas escolas, independente da região em que se localizem ou do público que atendam, ao invés de, simplesmente, ensiná-los e treiná-los a reconhecer, localizar e repetir o significado dos textos previamente construído por um sujeito de experiências diferentes da sua.

Mas quem é esse sujeito que não consegue se apropriar das práticas de leitura e escrita oferecidas pela escola? A que práticas sociais de leitura e escrita eles foram submetidos? Ler e escrever são construções sociais em que historicidade deve estar aliada à construção de sentido de um texto.

Como defende FILIPOUSKI (2006), as atividades de leitura e escrita são atividades simbólicas que estão condicionadas às práticas sociais e por isso adquirem significados diferentes entre crianças com experiências culturais diversas.

... a maneira como as famílias se relacionam com a língua escrita pode condicionar a relação que as crianças terão com os textos. Se a leitura está na receita da cozinha, no livro de oração, no estudo, no lazer ou no trabalho, certamente ler e escrever parecerão ter mais sentido na escola. Se ao contrário, a palavra escrita/lida estiver restrita à presença de situações repressivas ou disciplinadoras (o cartaz que pede silêncio nos hospitais, o “Mantenham-se em fila!” dos Postos de saúde ou o auto de infração recebido por pais e ou irmãos), bem diferente será a inferência infantil. Nesse caso, haverá descontinuidade entre a vida – movida pela oralidade em todas as suas manifestações (as pregações religiosas, a música, a televisão) e a escola. Em consequência, ela terá muito maior dificuldade de inferir significados à palavra escrita. (FILIPOUSKI, 2006 p.164)

A inserção do aluno em ambiente letrado faz com que este experimente diferentes práticas de linguagem em contextos e situações de produção distintas, favorecendo a democratização do ensino.

Levando-se em consideração que a aprendizagem se dá pela apropriação de experiências acumuladas pela sociedade no curso de sua história, a participação do indivíduo em diferentes contextos e situações de produção interfere em suas experiências de vida e em suas práticas sociais e comunicativas. Segundo ROJO (2006, p.27), a apropriação das experiências acumuladas é “um processo de aprendizagem que conduz à interiorização de uma prática social” e “práticas de linguagem é uma noção de ordem social que implica a inserção dos interlocutores em determinados contextos ou situações de produção”.

As diversas práticas sociais a que estamos submetidos em nosso dia a dia apresentam-se de diferentes formas, sejam em textos orais ou escritos, impressos ou virtuais, no contato direto ou pela internet, e a escola deve valer-se dessas práticas sociais já circulantes para o ensino da língua materna, dando continuidade ao processo que já se produz fora dela.

A sala de aula deve constituir-se em ambiente capaz de gerar e possibilitar múltiplas situações de leitura e escrita, partindo das experiências e dos conhecimentos trazidos pelos alunos a fim de estabelecer uma relação entre a escola e o meio social e proporcionar condições favoráveis para a articulação das informações.

O leitor deve sentir-se autor de sua leitura, para isso faz-se necessária a criação de meios que possibilitem o empoderamento desse ser a partir de um letramento efetivo de modo que possa haver um conhecimento construído e não apenas o acesso a um conhecimento reproduzido.

#### **4. Empoderamento e Desenvolvimento Local**

Para Paulo Freire o empoderamento é um movimento que ocorre de dentro para fora, é a transformação interna capaz de levar à conquista.

Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição de ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistêmica, no sentido dos

objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva. (SHIAVO e MOREIRA, 2005)

Quando Paulo Freire fala em empoderar, não está se referindo simplesmente à construção de habilidades e competências - o que comumente é meta e preocupação da escola formal -, mas numa educação transformadora, que se difere do conhecimento formal pelo seu foco na transformação cultural dos grupos.

Pereira (2006) também apresenta o conceito de empoderamento como “ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais.”, defendendo que a consciência coletiva deve ultrapassar o conhecimento individual e a superação de situações particulares na busca da compreensão das complexas teias que envolvem as relações sociais.

De acordo com essa visão, o sujeito, ao empoderar-se, torna-se capaz de controlar seu próprio destino e de tomar suas decisões de forma responsável e respeitosa, podendo contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável local, tornando-se capaz de interferir democraticamente na relação Estado-sociedade.

O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. (SEN, 2000. pág. 10).

Geralmente, quando se pensa em desenvolvimento, imediatamente vem à cabeça a questão econômica, mas não se pode esquecer que desenvolvimento pressupõe também mudanças culturais e ambientais e que qualquer mudança deve estar atrelada à liberdade de escolha individual e social.

Mas qual a relação desses conceitos com o de letramento? Não é muito difícil perceber que quando Paulo Freire trouxe o termo “empoderamento” para a área da educação já enxergava que o caminho para uma democracia plena, com direitos iguais a todos, pressupõe muito mais que aquisição de conhecimento. É necessária a criação de espaços e metodologias de construção do conhecimento, em que os indivíduos sintam-se capazes de interagir e expressar seus pensamentos, a partir de uma relação dialética homem-mundo, num ato de ação-reflexão, não se limitando ao domínio de técnicas.

Uma pessoa alfabetizada é a que adquiriu a técnica do ler e do escrever, o que não significa que ela necessariamente tenha adquirido as práticas de leitura e de escrita, nem que seja capaz de fazer uso social desta ou daquela. O indivíduo só se torna letrado quando participa ativa e habitualmente de práticas que envolvam a leitura e a escrita.

Socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter uma outra condição social e cultural – não se trata propriamente de mudar de nível ou classe social, cultural, mas de mudar seu *lugar* social, seu *modo de viver* na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente. (SOARES, 2010, p.37)

O letramento representa uma possibilidade efetiva de participação ativa na realidade social e cultural do grupo. Sujeitos de seus saberes, indivíduos letrados têm maior condição de compreender e transformar suas realidades sociais e pessoais, tornando-se agentes irradiadores de cultura e potenciais agentes do desenvolvimento local.

Pasel (2007), *apud* Baquero (2005), diz que Paulo Freire nos leva a entender o empoderamento como

(...) processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder. (BAQUERO, Rute. 2005, pág. 76)

## 5. A Pesquisa

O desejo por pesquisar tal assunto deu-se pela observação docente e por alguns questionamentos constituídos a partir de situações vivenciadas no desenvolvimento do projeto de pesquisa *Orientação de letramento(s) e construção de percursos de leitura de jovens e adultos nos Ensinos Fundamental e Médio: o protagonismo do sujeito-leitor na constituição dos sentidos*, de autoria da Prof<sup>a</sup> Dra. Maria da Graça Cassano, aprovado e apoiado pela CAPES/INEP, do qual faço parte como pesquisadora-docente, em uma escola pública, localizada na Baixada Fluminense.

Em enquete realizada pela apresentadora do programa Globo Educação com parte da turma que está participando do projeto, 07 de 16 alunos afirmaram que passaram a ler mais a partir da inserção no projeto. E a resposta de um dos alunos chamou a atenção, ele declarou que antes só lia rótulos no supermercado para mãe - o que não deixa de ser um uso social da leitura -, mas o fazia sem um sentido real para si, apenas para atender uma solicitação da mãe. E continua sua exposição dizendo que não tinha vontade de ler, não sentia prazer em ler, só lia o necessário, ou seja, dentro de sua visão restrita das possibilidades que a leitura pode trazer, fazia uso desta apenas em momentos restritos.

Outra questão interessante levantada foi a da leitura na tela do computador. O posicionamento dos 12 dos 16 alunos participantes da atividade de preferir o livro físico ao virtual causou um certo espanto na jornalista. A *internet* exerce hoje um forte magnetismo sobre grande parte da população brasileira, principalmente a jovem, porém o depoimento de uma aluna ajudou a entender o fascínio que o livro físico, quando descoberto em suas múltiplas possibilidades, ainda exerce e mostrou que um dos objetivos da pesquisa vem sendo alcançado: a de funcionar com uma “grande onda”, atingindo não só os alunos diretamente envolvidos na proposta, mas também seus irmãos, pais, amigos etc. Isso acaba se concretizando quando este jovem torna-se protagonista desta história, recomendando, comentando e emprestando as historia que não só leu, mas também vivenciou através dos livros. O que seria mais difícil virtualmente, visto que o acesso à *internet* na sala de aula, no pátio da escola e até mesmo em casa ainda é muito restrito, assim como o nível de letramento digital ou mesmo de alfabetização de digital desse grupo.

## 6. Conclusão

À medida que o analfabetismo foi sendo superado, outra questão passou a ter destaque nas pesquisas nas áreas da educação e linguagem: a condição de letramento. Em uma sociedade altamente grafocêntrica não basta apenas saber ler e escrever, se faz necessária a incorporação das variadas práticas de leitura e de escrita de forma competente.

Isso mostra que o papel da escola deve ir muito além da transmissora de conhecimentos. Ela precisa desenvolver nos alunos a consciência de que o acesso à leitura é um direito, um prazer e uma forma de alcançar o conhecimento, como condição estratégica no projeto pessoal de letramento e de transformação pessoal e local.

Mas o letramento sozinho não garante a autoria e a autonomia necessárias para a mudança de postura frente às realidades. Para que haja uma ação efetiva, é necessário também que este cidadão sinta-se empoderado, estabelecendo desta forma uma cadeia em que letramento, empoderamento e desenvolvimento tornam-se interdependentes. Porém cabe ressaltar que a conquista de um não leva imediatamente ao outro, visto que há diversos fatores que podem interferir e impactar nesta conquista.

A leitura compreensiva permite acesso à cultura e ao conhecimento, possibilitando a compreensão e a transformação das realidades social, cultural e econômica de um grupo ou uma localidade e, conseqüentemente, contribui para um desenvolvimento sustentável local. No entanto o desenvolvimento só se dará para a grande massa local, quando o foco econômico deixar de ser o único a ser considerado e se passar a observar, respeitar e valorizar também a cultura local e o grupo que a constitui.

## 7. Referências

CARVALHO, Maria Angélica F. de; MENDONÇA, Rosa Helena (orgs.). *Práticas de leitura e escrita*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CASSANO, Maria da Graça. *Orientação de letramento(s) e construção de percursos de leitura de jovens e adultos nos Ensinos Fundamental e Médio: o protagonismo do sujeito-leitor na constituição dos sentidos*. Projeto apresentado ao INEP em Agosto de 2010.

CORDEIRO, Rosane de B. G. *Desafios contemporâneos da educação brasileira – letramento(s)*. Anais do VI Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais de 16 a 19 de agosto de 2011, UFRN, Natal, Brasil.

FILIPOUSKI, Ana Maria Ribeiro. Professor: leitor e formador de leitores. In: CARVALHO, Maria Angélica F. de; MENDONÇA, Rosa Helena (orgs.). *Práticas de leitura e escrita*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOUVEIA, Beatriz e ORENSZTEJN. Alfabetizar em contextos de letramento. In: CARVALHO, Maria Angélica F. de; MENDONÇA, Rosa Helena (orgs.). *Práticas de leitura e escrita*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

MOLICA, Maria Cecília. *Fala, letramento e inclusão social*. 1 ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2011.

PASEL, Hemerson Luiz. *Capital social e empoderamento*. Anais do II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. *O letramento escolar e os textos da divulgação científica – a apropriação dos gêneros de discurso na escola*. Linguagem em (Dis)curso – LemD, v. 8, n. 3, p. 581-612, set./dez. 2008

\_\_\_\_\_. *Alfabetização e letramento: sedimentação de práticas e (des)articulação de objetos de ensino*. In: PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 569-596, jul./dez. 2006. Disponível em <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em 19 de jun. de 2011.

\_\_\_\_\_. Letramento e diversidade textual. In: CARVALHO, Maria Angélica F. de; MENDONÇA, Rosa Helena (orgs.). *Práticas de leitura e escrita*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHIAVO, Marcio R. e MOREIRA, Eliesio N. *Glossário Social*. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005

SCHOLZE, Lia. *Letramento e desenvolvimento nacional – Brasília* : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em : [http://www.cereja.org.br/arquivos\\_upload/lia\\_scholze\\_letramento\\_desenvolvimento\\_nacional.pdf](http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/lia_scholze_letramento_desenvolvimento_nacional.pdf) Acesso em 25 de set. de 2011.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Magda. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. 26ª Reunião Anual da Anped. – GT Alfabetização, Leitura e Escrita. Poços de Caldas, 7 de outubro de 2003.

\_\_\_\_\_. *Letramento: um tema em três gêneros*, 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VAL, Maria da Graça Costa. *O que é ser alfabetizado e letrado?*In: CARVALHO, Maria Angélica F. de; MENDONÇA, Rosa Helena (orgs.). **Práticas de leitura e escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

VALOURA, Leila de Castro. *Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador* . Disponível em: [http://www.paulofreire.org/pub/Crpf/CrpfAcervo000120/Paulo Freire e o conceito de empoderamento.pdf](http://www.paulofreire.org/pub/Crpf/CrpfAcervo000120/Paulo_Freire_e_o_conceito_de_empoderamento.pdf). Acesso em: 24 de out. de 2011.